



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
PROCESSO Nº 06/2026

Com as mudanças aplicadas pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, salientamos a necessidade de anexar à plataforma da LicitaNet (<https://licitanet.com.br/>) a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO ATO DE CADASTRAMENTO DA PROPOSTA, ou seja, juntos, antes da data e horário da abertura da sessão pública.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MAQUINAS VIBRATORIAS E ANEL INFERIOR PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS (MANILHAS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 20 de fevereiro de 2026

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até às 08h00 de 20/02/2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08h45

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de Licitações LICITANET – <https://licitanet.com.br/>

PORTARIA Nº: 227 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025: Designa, Pregoeiro Oficial, Membros da Equipe de Apoio.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 171.336,18 (cento e setenta e um mil e trezentos e trinta e seis reais e dezoito centavo)

TIPO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXIGE AMOSTRA? SIM

RESERVA DE COTA ME/EPP? NÃO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – <https://licitanet.com.br> > edital PE 02/2026 > esclarecimentos.

Telefone: (66) 9.9649-9163 ou pelo e-mail licitacao@ribeiraocascalheira.mt.gov.br

Horário de funcionamento: 08h00 às 11h00 e de 13h00min às 17h00.



Sumário

1. PREÂMBULO.....	3
2. DO OBJETO.....	3
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	3
4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	4
5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO.....	7
6. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E/OU LAUDO TÉCNICO.....	7
7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO....	9
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOS SEUS REQUISITOS.....	9
9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	12
10. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
11. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
12. DOS RECURSOS.....	18
13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	18
14. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
15. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	20
17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	21
18. DA FISCALIZAÇÃO.....	22
19. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO.....	
20. DA ALTERAÇÃO, REMANEJAMENTO, REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	22
21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	22
22. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	25
23. DO REAJUSTAMENTO.....	25
24. DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO.....	25
25. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO.....	25
26. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES.....	25
27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	26

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028



EDITAL DE LICITAÇÃO – NORMAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
MENOR PREÇO

1– PREÂMBULO

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA**, por intermédio da Divisão de Compras e Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações LicitaNet** (<https://licitanet.com.br>) a qual, conforme especificado no **ANEXO I** deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pela Sr^a. Kátia Resende de Oliveira, Pregoeira oficial, designado pela **Portaria nº: 227 de 02 de dezembro de 2025**, e pela Equipe de Apoio, integrada por todos os membros designados do art. 1º da citada Portaria, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis nº 14.133/21** e, subsidiariamente pelo **Decreto Municipal nº. 2470, de 20 de dezembro de 2023**, que regulamenta a modalidade de licitação Pregão Eletrônico no âmbito municipal, que dispõe sobre o registro de preços e as exigências estabelecidas neste Edital.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, através do endereço eletrônico <https://www.ribeiraocascalheira.mt.gov.br/sic-licitacao/sic-pregao-eletronico/1703-pregao-eletronico-2026>, na Plataforma de Licitações LicitaNet, através do endereço eletrônico <https://licitanet.com.br> e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal <https://www.ribeiraocascalheira.mt.gov.br/sic-licitacao/sic-pregao-eletronico/1703-pregao-eletronico-2026>

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretendente licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2- OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação: registro de preço para aquisição de conjunto de máquinas vibratórias e anel inferior para fabricação de tubos de concretos (MANILHAS) para atender a secretaria municipal da infraestrutura do município de Ribeirão Cascalheira - MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



3.1 Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório e desde que prévia e devidamente credenciada no sistema eletrônico da **LICITANET**.

3.1.1 No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza compatível ao objeto de licitação.

3.1.2 Para verificação da compatibilidade entre as atividades da (s) licitante (s) e o(s) objeto(s) licitado(s), servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

3.2 Para participar, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá(ão) se cadastrar no portal de licitações Licitanet, através do site: <https://licitanet.com.br/>. Respeitando as condições de cadastro.

3.2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividades seja compatível com o objeto desta licitação.

3.3 O(s) licitante(s) responsabiliza-se(ão) exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução do contrato a eles necessários:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam



configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7. O impedimento de que trata o **subitem 3.6.4**, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A observância das vedações do **item 3.6** é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 3.6.2 e 3.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. A vedação de que trata o **subitem 3.6.9** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.12. A este procedimento licitatório será concedido o tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte, previsto nos artigos 42 a 45 da Lei 123/2006 (Estatuto Nacional da microempresa e Empresa de Pequeno Porte).

3.12.1. A obtenção do benefício a que se refere os subitens anteriores:

3.12.1.1. Não será aplicada ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.12.1.2. Fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.13. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de comprovação de regularidade fiscal, conforme Termo de Referência deste edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.13.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.13.1.1. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

3.13.2. A prorrogação de prazo previsto no **subitem 5.13.1** deverá sempre ser cedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.

3.14. A não regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 5.13.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

3.15. Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será assegurado como critério de desempate, margem de preferência para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente, observados os seguintes termos:



3.15.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

3.15.2. Observado o limite estabelecido no **subitem 3.15.1**, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

3.15.3. Não ocorrendo a contratação na forma do **subitem 3.15.2**, será concedido à microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual a mesma oportunidade de apresentar proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

3.15.4. Não ocorrendo a contratação na forma dos **subitens 3.15.2 e 3.15.3**, será concedido às demais microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais a mesma oportunidade de apresentar proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

3.15.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos pelos **subitens 3.15.2 a 3.15.4**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.15.6. O benefício de que o **subitem 3.15** será aplicado mesmo que o vencedor do certame seja beneficiado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, abrindo-se oportunidade para que microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais locais cubram propostas apresentadas pelas regionais e as não enquadradas como local e regional, e que regionais cubram propostas apresentadas por aquelas não enquadradas como local ou regional.

3.15.7. No caso de equivalência dos valores apresentados por licitantes enquadrados em cada um dos subitens acima, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.16. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de **5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

3.17. Nos casos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que queiram receber os benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006, deverão declarar sua condição no sistema.

3.17.1. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

3.17.2 Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em <https://licitanet.com.br/>.

3.18 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES

4.1 - Qualquer pessoa poderá questionar ou impugnar este Edital de Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciá-lo até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão.

4.2. Caberá ao (à) Pregoeiro (a) decidir sobre a petição de esclarecimento ou de impugnação **no prazo de até 03 (três) dias úteis após o seu recebimento**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme preconizado pelo art. 164 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

4.3. As impugnações, os pedidos de esclarecimento sobre o edital, ou dúvidas de ordem técnica



poderão ser realizadas das seguintes formas:

4.3.1. Preferencialmente encaminhamento pela Plataforma Licitanet - <https://licitanet.com.br/> utilizada para a realização do presente certame.

4.3.2. Encaminhamento por e-mail, no e-mail oficial do departamento de Licitação, licitacao@ribeiraocascalheira.mt.gov.br

4.3.3. Protocolo no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, no endereço preambular, em sua via original, devidamente assinada por quem tenha poderes para tal, respeitados os prazos, formas e condições estipuladas neste edital.

4.4. Dúvidas comuns, sem necessidade de expedição de documentos, poderão ser esclarecidas por meio do telefone: (66) 3489-1838 (Setor de licitação), ou, pessoalmente de segunda a sexta-feira no horário compreendido das 07:00 às 11:00 h e as 13:00 às 17:00 h.

4.5. No campo “Esclarecimentos do Edital” no site do Licitanet, serão disponibilizadas, além das respostas às consultas e questionamentos, todas as informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual as empresas interessadas deverão consultá-lo frequentemente durante todo o certame.

4.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.7 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, salvo se o acolhimento e alteração do edital não comprometer a elaboração das propostas e documentos de habilitação.

4.8. Os prazos limites para pedidos de esclarecimentos e impugnação, devem respeitar o horário final do expediente da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT (07:00 às 11:00 h e as 13:00 às 17:00 horário de Brasília - DF).

4.8.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações recebidos após o horário indicado pelo item anterior serão considerados como recebidos no próximo dia de expediente.

4.9 Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida na legislação vigente.

4.10 Em qualquer ocasião antecedendo a data de entrega das propostas, a Prefeitura poderá, por qualquer motivo, por sua iniciativa ou em consequência de respostas fornecidas a solicitações de esclarecimentos, modificar os referidos documentos mediante a emissão de uma errata, que será publicada na AMM (Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso) Diário Oficial de Contas de Mato Grosso – TCE.

5– DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.2. credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.

5.3. credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

5.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

5.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu



nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.6 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.7 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.8 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.9 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.10 As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através do telefone: (66) 9 9649-9163 - Setor de Licitação, bem como pelo e-mail: licitacao@ribeiraocascalheira.mt.gov.br ou ainda, por outro meio disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

5.11 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema **LICITANET** poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da própria empresa, de Segunda a Quinta-feira: das 8h às 18h (horário de Brasília) e as Sexta-feira: das 8h às 17h (horário de Brasília), através dos canais informados no site <https://licitanet.com.br/>.

6- APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E/OU LAUDO TÉCNICO

6.1. A critério da equipe técnica do Pregão e quando previsto no Termo de Referência, o licitante detentor da melhor proposta poderá ser convocado para apresentar laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) em relação ao item cuja marca/modelo não seja conhecida pela área técnica da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT, ou que em momento pretérito apresentou problema de funcionamento ou desempenho, para a verificação da compatibilidade do item com as especificações constantes do Termo de Referência e, consequente, aceitação da proposta.

6.2. O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) deverão estar devidamente identificados com o nome do licitante e o número desta licitação e ser encaminhados ao local e ao servidor responsável indicado pelo(a) Pregoeiro(a) no chat disponibilizado na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

6.3. O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) deverão ser entregues, e, se for o caso, montados/instalados, impreterivelmente no prazo definido no Termo de Referência, caso exista, que será contado do recebimento da notificação via chat na sessão do Pregão/Fase de Aceitação, feita por intermédio da Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

6.4. Na hipótese de apresentação de amostras/protótipos, a sessão será suspensa e retomada somente após a análise acerca da aceitação do produto/material a que se refere, exarando-se a decisão no campo próprio do sistema eletrônico da Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> e comunicando-a via chat.



- 6.5. Considerando que o objeto da presente contratação refere-se ao Registro de Preço para aquisição de conjunto de máquinas vibratórias e anel inferior para fabricação de tubos de concreto (manilhas), caracterizados como equipamentos industriais, não será exigida a apresentação de amostra física prévia.
- 6.6. A dispensa da amostra física justifica-se pela **inviabilidade técnica e logística**, em razão do porte, peso, complexidade e custo operacional dos equipamentos, bem como por não constituir meio eficiente de avaliação antecipada da conformidade do objeto.
- 6.7. Para fins de comprovação técnica e avaliação da adequação do objeto às especificações estabelecidas, será **exigida, em substituição à amostra**, a apresentação de **laudo técnico, catálogo, manual do fabricante ou ficha técnica**, contendo, no mínimo:
- 6.8. Quando um licitante for o vencedor em relação a vários itens, o(a) Pregoeiro(a) poderá optar por solicitar amostra/protótipo de somente alguns desses itens, a depender da disponibilidade de espaço físico para a guarda dos materiais e a possibilidade de gerar-se ônus excessivo ao participante no que se refere aos custos com transporte, sendo que o resultado da análise servirá de parâmetro para a decisão acerca da aceitação dos demais itens.
- 6.9. Amostra(s)/protótipo(s) ficarão sob a guarda da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT até a homologação do Pregão. Após a homologação, os mesmos deverão ser retirados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo que a Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos. Findo o prazo aludido, a Administração providenciará o descarte das amostras.
- 6.10. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a) ou a sua reprovação pela área técnica da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT acarretará a desclassificação do licitante.
- 6.11. A não observância de quaisquer das disposições contidas nos poderá ensejar a não aceitação da proposta, ocasião em que se procederá.

JUSTIFICATIVA – EXIGÊNCIA (OU DISPENSA) DE AMOSTRA

A previsão editalícia acerca da **apresentação de amostras e/ou laudo técnico** fundamenta-se na necessidade de assegurar que os bens a serem adquiridos atendam integralmente às **especificações técnicas, requisitos de qualidade, desempenho e segurança** exigidos pela Administração Pública, especialmente considerando que o objeto do certame refere-se à **aquisição de conjuntos de máquinas vibratórias e anéis inferiores para fabricação de tubos de concreto (manilhas)**, destinados à execução de obras de infraestrutura municipal.

Tratando-se de **equipamentos industriais**, de médio e grande porte, a exigência de **amostra física prévia** mostra-se, em regra, **inviável do ponto de vista técnico, logístico e econômico**, em razão do peso, dimensões, complexidade operacional e custos envolvidos no transporte, montagem e avaliação antecipada desses equipamentos. Tal exigência poderia, inclusive, **restringir indevidamente a competitividade do certame**, contrariando os princípios da isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e ampla concorrência.

Por outro lado, a Administração Pública tem o dever legal de **mitigar riscos**, assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e garantir que os equipamentos adquiridos sejam **compatíveis com o processo produtivo municipal**, especialmente quando impactam diretamente a qualidade de obras públicas essenciais, como drenagem, saneamento e infraestrutura urbana.



Nesse contexto, a previsão alternativa de **Certificações de Qualidade**: Certificados emitidos por órgãos acreditados (como o INMETRO) que atestem que o produto atende às normas técnicas da ABNT, **Catálogos Técnicos Detalhados**, Manuais e descritivos do fabricante que comprovem todas as especificações exigidas no Termo de Referência, **Laudos de Ensaio Laboratoriais**, Relatórios de testes realizados por laboratórios independentes que comprovem a resistência e durabilidade (especialmente para as manilhas), **Prova de Conceito (PoC) ou Demonstração**: Em vez de receber uma "amostra" na sede do órgão, você pode prever no edital a realização de uma visita técnica ou demonstração do equipamento em local indicado pelo fornecedor para verificar o funcionamento, **Atestados de Capacidade Técnica**: Documentos de outros órgãos públicos ou empresas privadas que comprovem que o fornecedor já entregou produtos com as mesmas características e qualidade satisfatória. como instrumento substitutivo à amostra física, revela-se **medida adequada, proporcional e tecnicamente eficaz**, permitindo à Administração verificar, de forma objetiva e antecipada:

- a compatibilidade do equipamento ofertado com as especificações técnicas exigidas;
- os materiais empregados na fabricação;
- a capacidade operacional e o desempenho do conjunto vibratório;
- a adequação dimensional e funcional dos anéis inferiores;
- a procedência e a identificação do fabricante;
- o atendimento às normas técnicas aplicáveis.

O laudo técnico, quando emitido por **fabricante, profissional legalmente habilitado ou entidade técnica competente**, devidamente identificado, constitui meio idôneo e amplamente aceito pelos órgãos de controle para a aferição prévia da conformidade do objeto, sem comprometer a competitividade do certame.

Ressalta-se que a exigência de laudo técnico **não substitui os procedimentos de fiscalização**, tampouco o **recebimento provisório e definitivo**, que permanecerão como os principais mecanismos de controle da execução contratual. Ao contrário, tais instrumentos atuam de forma **complementar**, compondo um sistema de controle preventivo e corretivo apto a reduzir riscos operacionais, financeiros e legais.

A divergência entre as informações constantes no laudo técnico ou na documentação apresentada e o equipamento efetivamente fornecido ensejará a **recusa do objeto, a obrigação de substituição**, sem ônus à Administração, e a aplicação das **penalidades previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a previsão de **apresentação de amostras e/ou laudo técnico**, nos termos estabelecidos no edital, encontra-se plenamente justificada, atendendo aos princípios do **planejamento, eficiência, economicidade, julgamento objetivo e interesse público**, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame e assegurando a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA”.

6.12. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de laudo(s) técnico(s) e/ou de amostra(s)/protótipo(s)".

6.13. Poderá ser solicitado o envio de informações técnicas, no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a) no chat do sistema eletrônico na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, através da opção “Enviar Anexo” do referido sistema.



- 6.14. A ausência de manifestação por parte do licitante poderá, a critério do(a) Pregoeiro(a), acarretar a recusa da proposta ou, ainda, a inabilitação do licitante, conforme o caso, ocasião em que se procederá na forma do item “21 - DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA”.
- 6.15. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste Edital.
- 6.16. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ões) será(ão) divulgado(s) por meio de mensagem no sistema.

7- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.5** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, marca e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 7.6** - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.
- 7.7** - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 7.8** - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.9** - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 7.10** - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.11** - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.12** - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no máximo **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.
- 7.13** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.14** - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.
- 7.15** - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.16** - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



7.17 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.18 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOS SEUS REQUISITOS

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. O envio da proposta eletrônica será feito exclusivamente através do site **LICITANET**, até o dia e horário previstos neste Edital, devendo a licitante confirmar em campo próprio do sistema ou através do anexo da **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, que:

8.2.1. cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, manifestando pleno conhecimento e aceitação das regras do certame.

8.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.2.4. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.5. A licitante, ao inserir sua proposta, informará nos campos próprios do sistema eletrônico (“Condições do Proponente” e caso necessário em “Informações Adicionais”), o seguinte:

8.5.1. ESPECIFICAÇÃO dos produtos ofertados, conforme **TERMO DE REFERÊNCIA**.

8.5.2. PREÇO UNITÁRIO E TOTAL expressos em reais, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam



ou venham a incidir sobre o custo (direto ou indireto) do contrato.

8.5.2.1. Antes do envio das propostas, recomendamos a leitura pelos licitantes de outros Estados da Federação, do **Regulamento do ICMS** de Mato Grosso.

8.5.2.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5.3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA, não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

8.5.3.1. Caso o prazo de validade da proposta não for expressamente indicado na proposta eletrônica, será considerado como aceito, para efeito de julgamento, aqueles indicados no **subitem 7.5.3** deste edital.

8.5.3.2. Caso seja informado prazo em desacordo com o mínimo estipulado, conforme for o caso, ao Pregoeiro é facultada a realização de diligências, e, não sendo alterados esses prazos, desclassificará a proposta da licitante.

8.5.4. MARCA: A Licitante deverá colocar marca/modelo em todos os produtos ofertados, caso não conste na proposta a pregoeira poderá solicitar que o licitante declare a marca no momento da sessão.

8.5.4.1. Não será aceito como marca o nome do Fabricante, caso a licitante coloque o nome do fabricante, ficara a critério da administração a escolha da marca do fabricante indicado.

8.5.4.2. Quando o produto for fabricado/prestado pela própria empresa, esta deverá informar no campo “marca” o nome “MARCA PRÓPRIA”, sob pena de restar caracterizada a identificação da empresa e posterior desclassificação.

8.6. As propostas deverão ser lançadas na plataforma.

8.6.1. As propostas poderão ser enviadas, substituídas ou excluídas até a data e hora estipuladas neste edital.

8.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis.

8.8. Após a abertura das propostas, não caberá desistência das mesmas e os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade das licitantes, não lhes assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo por motivo justo e comprovado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.9. O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, sendo que estas deverão ser enviadas, no prazo estipulado pelo mesmo no sistema, sob pena de desclassificação das propostas.

8.9.1. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes via sistema eletrônico.

8.10. No julgamento das propostas, em favor da ampliação da disputa, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

8.11. A Proposta deve estar no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, devendo todas as folhas ser rubricadas;

8.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de



contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.15. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.16.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.16.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.17.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

8.17.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item.

8.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da



sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1 (centavo).

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.12. Neste certame será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **dez minutos**. Após esse prazo, o sistema prorrogará automaticamente, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da etapa de lances.

9.12.1.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.12.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida do subitem 8.12.1.1, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances.

9.12.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser admitido o reinício da disputa aberta.

9.12.3.1. Após o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.15. Durante o transcurso da fase “aberta”, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **trinta minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

9.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

9.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos



neste Edital e já apresentados.

9.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento adotado para o certame é o de **MENOR PREÇO POR LOTE**

10.1.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar com o licitante que apresentou proposta mais vantajosa, por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, para que seja obtida melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas em Edital.

10.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificada que, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no subitem anterior.

10.2.2. Se o licitante não apresentar proposta atualizada, deverá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10.2.2.1. Na hipótese acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar sanção administrativa ao licitante que deixou de apresentar a proposta atualizada.

10.3. No julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço, observando os demais requisitos estabelecidos neste Edital.

10.4. O pregoeiro poderá suspender a sessão pública para realizar análise prévia das propostas, cujo prazo será definido na própria sessão.

10.5. O pregoeiro examinará a proposta ajustada ao melhor lance, quanto à compatibilidade do preço ao valor estimado para licitação, à sua exequibilidade e à sua adequação ao objeto licitado.

10.5.2. O valor ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser superior em relação ao valor ofertado inicialmente em cada item pelo licitante (proposta inicial), tampouco ser maior que o valor estimado para licitação.

10.5.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o pregoeiro poderá solicitar a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.5.4. O pregoeiro poderá solicitar a correção de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis, podendo solicitar auxílio da equipe de apoio, se for o caso.

10.5.4.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

10.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

10.6.1. Contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

10.6.2. Não apresentem as especificações técnicas pormenorizadas neste Edital e de seus Anexos.

10.6.3. Apresentarem preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado para licitação.



10.6.4. Não vierem a comprovar sua exequibilidade, quando exigido pela Administração.

10.6.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que seja insanável.

10.7. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

10.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

10.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido.

10.10. Caso a proposta da primeira colocada permaneça acima do preço estimado e esgotada toda a negociação direta, o licitante será desclassificado e serão convocadas as demais licitantes, de acordo com a ordem classificatória, para negociação de condições mais vantajosas, observando o preço estimado da licitação.

10.11. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.12. Caso o licitante melhor classificado tenha participado da pesquisa de preço desta Licitação, para compor o seu valor estimado, seja por meio de contratos firmados ou por orçamentos, a sua contratação fica atrelada ao respectivo valor, sendo considerado como valor teto da sua possível contratação, ou seja, o valor da sua proposta deverá ser igual ou melhor àquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa.

10.13. Se a proposta ou o melhor lance não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.14. Finalizada a sessão pública, não poderá haver desistência da proposta ou dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes na legislação vigente.

10.15. Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame serão postados no chat e/ou anexados no mesmo local de disponibilização deste Edital no sistema LICITANET, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade do licitante.

10.15.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão em ata divulgada no sistema eletrônico SIAG, sem prejuízos das demais formas de publicidades previstas em Lei, não podendo o licitante alegar desconhecimento da informação.

11– DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. Nos termos do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

11.2. Encerrada a fase de julgamento das propostas, o pregoeiro solicitará o envio de documentos de habilitação, somente do licitante vencedor, exclusivamente via sistema, no prazo de até **02 (duas) horas** e avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Caso não haja data de retorno estipulada pelo pregoeiro durante a sessão, será publicada no Sistema LICITANET, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório.



11.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentora da proposta vencedora, o pregoeiro verificará o cumprimento das condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanções que impeçam a participação no certame ou a futura contratação, que será realizada mediante consulta nos seguintes cadastros:

11.3.1. Cadastro de Licitantes Inidôneas do Tribunal de Contas da União, (www.portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitante-inidoneas/);

11.3.2. Cadastro das Empresas Inidôneas do Tribunal de Contas do Mato Grosso (www.jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/477);

11.3.3. Cadastro da Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.3.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.improbidade_adm/consultar_requerido.php).

OBS: Os cadastros supracitados corresponde a banco de informações mantidos pelo Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Controladoria-Geral da União e Conselho Nacional de Condenações que tem como objetivo consolidar a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas, os licitantes que estiverem em algum desses cadastros automaticamente estão proibidos de licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3.5. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados são os seguintes:

Relativos à Habilitação Jurídica:

11.4.1. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.

11.4.2 Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.

11.4.3. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

11.4.4. No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

11.4.5. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.5.1 Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

11.5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

11.5.2.2. Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, podendo ser retirada no site: <https://www.gov.br/receitafederal>.

11.5.2.3. Certidão Conjunta de Pendências Tributárias e Não Tributárias junto à Sefaz e a Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso.

11.5.2.4. Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário ou sede, desde que seja consolidada com a certidão da respectiva Fazenda Pública.

11.5.2.4.1. Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações, expedida pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.

11.5.2.5. Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

11.5.2.6. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br.

11.5.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho no site do Tribunal Superior do Trabalho – www.tst.jus.br.

11.5.2.8. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.

Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.5.3.1. Todas as formas societárias deverão apresentar **Certidão Negativa de Falência e Concordata**, Recuperação Judicial ou extrajudicial, no CNPJ da matriz, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante;

11.5.3.7.1. Caso a certidão exigida acima seja emitida na forma POSITIVA para recuperação judicial, o licitante deverá comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, e que está sendo cumprido regularmente, demonstrando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

11.5.3.7.2. Se o documento exigido neste item não contiver indicação de data de validade, será considerada válida a certidão expedida em até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação.

Qualificação Técnica:



Para o fornecimento dos bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de **Atestados de Capacidade Técnica, Manual de Operação em português**, e o **Certificado de Garantia** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a licitante ter fornecido bens pertinentes e compatíveis em características com o objeto deste edital, de forma satisfatória.

Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preços apresentada nesta licitação.

O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto da licitação.

No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) documento(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão. Para pessoa jurídica de direito privado, o(s) documento(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo representante legal.

Comprovação que os equipamentos estão em conformidade com a legislação vigente, bem como devidamente aprovados Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, principalmente a NR-12, e demais órgãos reguladores.

Documentação Complementar:

11.5.4.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

11.5.4.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.5.4.3. Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.5.4.4. Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.5.4.5. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

11.5.4.6. Declaração para fins do disposto no inciso VI, art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

11.5.4.7. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

11.5.4.8. Documentação Complementar, exigível nos termos da LC 123/2006:

11.5.4.8.1. Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei



Complementar nº 123/2006.

11.5.4.8.2. Declaração de que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

11.5.4.8.3. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa.

11.5.4.8.3.1. Quando optante pelo **SIMPLES NACIONAL**, a comprovação da condição de **ME/EPP** poderá ser mediante apresentação do Comprovante de opção pelo **SIMPLES**, obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.

11.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, em sendo possível, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:

11.6.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

11.6.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.3. Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

11.7. Os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.

11.7.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

11.8. Será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante o uso de certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

11.9. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

11.10. Ao pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.11. A prova de autenticidade de cópia de documento ou o reconhecimento de firma somente serão exigidos quando houver dúvida sobre a veracidade do documento, admitida a autenticação realizada por servidor através da apresentação da original ou realizada por advogado por sua responsabilidade profissional.

11.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.12.1. Complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

11.12.2. Atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.13. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e art. 139, que se restringe à juntada/encarte no sistema, após a abertura da sessão pública, de documento inexistente no momento da apresentação da proposta. Neste caso, o licitante não atende à condição exigida no Edital e por tal razão está inabilitado. Caso o documento esteja apenas ausente, isto é, existente no momento da apresentação da proposta, porém, por falha ou equívoco não tenha sido apresentado pelo licitante, deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

11.13.1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os



licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público.

11.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.15. Os demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado.

11.15.1. A apresentação de novas propostas, conforme descrito acima, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.15.2. Os licitantes que reduzirem os preços ao valor da proposta classificada, terão seus documentos de habilitação analisados de acordo com os itens desta seção, com a finalidade de estarem previamente habilitadas e figurarem na relação de empresas remanescentes em caso de eventual desistência ou impedimento/cancelamento do licitante vencedor.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo os motivos de forma resumida em campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) minutos, contados da declaração do vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento da sessão, para apresentação das razões do recurso, restritas aos motivos apontados na sessão pública, ficando os demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.1.1. As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser encaminhadas exclusivamente (**ANEXADAS E ENVIADAS**) por meio do Sistema **LICITANET**, respeitando o prazo de 03 (três) dias úteis indicado no subitem anterior.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso.

12.3. Não serão aceitas ou consideradas as razões e contrarrazões recursais enviadas de forma não prevista neste Edital, ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou tenha sido assinada por pessoa inabilitada para representar a empresa, seja ela recorrente ou recorrida.

12.3.1. O recurso poderá ser decidido pela autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4. Eventuais recursos intempestivos ou meramente protelatórios (sem o mínimo de plausibilidade) poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, em seu juízo de admissibilidade e serão submetidos à análise da Autoridade Superior no momento da homologação (Acórdão n. 1440/07, TCU).

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. O resultado do recurso terá a sua decisão disponibilizada por meio do Sistema **LICITANET**.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.



13.1. Após a homologação, a autoridade competente convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do **Anexo IV – Minuta da ARP**, através de seu representante legal ou outro mandatário com poderes expressos.

14. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após a homologação do certame, será convocado o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município.

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.2. Na assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preços, ou contrato dela decorrente, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata de Registro de Preços e/ou contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ou revogar, a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.4.2. adjudicar e celebrar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

15. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O contrato a ser assinado com a licitante **vencedora terá vigência conforme estipulado no Termo de Referência**, contados a partir da sua assinatura, sendo que a licitante vencedora terá que entregar os materiais conforme prazo estipulado neste edital ou no Termo de Referência.

15.1.1. O prazo do qual se trata o subitem anterior, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

15.2. Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Ribeirão Cascalheira não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

15.3. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da Secretaria Municipais, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas



respectivas Notas de Empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 95 da Lei 14.133/2021 e alterações.

15.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e contrato dela decorrente, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **CONTRATANTE**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

a. - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

16.1.2 - Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

16.1.2 - Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao CONTRATANTE.

16.1.2.1 - Carregar e disponibilizar o(s) item(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

16.1.2.2 - O recebimento do(s) item(s) será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

16.1.2.3 - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo **CONTRATANTE**, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

16.1.3 - Garantir o(s) item(s) contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

16.1.3.1 - Fornecer o(s) item(s) de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

16.1.4 - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de Ribeirão Cascalheira, conforme quantitativos dos itens adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

16.1.5 - Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os itens que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as



condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 02 (dois) dias, podendo o **CONTRATANTE** conceder prazo maior.

16.1.6 - Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo item com defeito de fabricação.

16.1.7 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

16.1.8 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) item(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

16.1.9 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

16.1.10 - Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.1.11 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

16.1.12 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

16.1.13 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

17 - DO CONTRATO

17.1- Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta **ANEXO (V)**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.

17.1.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.

17.2 - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

17- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



17.1- O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

17.2- Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.

17.3- Acompanhar, fiscalizar e avaliar os produtos do objeto deste Contrato;

17.4- Emitir as ordens de fornecimento à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

17.5- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

17.6- Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

17.7- Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

18- DA FISCALIZAÇÃO

18.1- A entrega do(s) item(s) e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio do indicado pelo Fiscal indicado pela Secretaria, que acompanhará a entrega do(s) item(s), de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

18.2- Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b) Receber o(s) item(s), verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- c) Assegurar à empresa vencedora acesso às suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d) Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) item(s);
- g) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) item(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;



- k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- l) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

19-DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

19.1-O recebimento, provisório e definitivo, do objeto e o respectivo pagamento serão realizados de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

20. DA ALTERAÇÃO, REMANEJAMENTO, REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1. As regras para alterações são aquelas indicadas na minuta da Ata de Registro de Preços e/ou na Minuta do Contrato.

21- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1.Comete infração administrativa o licitante/contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 21.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 21.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 21.4. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 21.5.Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 21.6.Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 21.7.Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.8.Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 21.9.Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 21.10.Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 21.11.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 21.12.Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.13.Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 21.14.Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 21.15.Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 21.16.Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave;



21.17. Multa:

21.18. Moratória: em razão do atraso injustificado: na proporção de 2 % (dois por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

21.19. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

21.20. Compensatória: será aplicada multa de 0,5% até 30% sobre o valor do contrato, devendo a autoridade competente observar, na dosimetria da pena, as seguintes recomendações:

21.21. Em casos de inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

21.22. Em casos de inexecução total do contrato, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas, a multa será fixada entre 15% a 30% do valor do contrato licitado.

21.23. No caso de inexecução total, a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do contrato.

21.24. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.25. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.26. Caso o contratado não tenha nenhum valor a receber do contratante, ou os valores do pagamento e da garantia contratual forem insuficientes, o contratante concederá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para que a multa seja paga.

21.27. Esgotados os meios administrativos para a cobrança dos valores devidos, o contratante providenciará o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral do Estado para que seja realizada a cobrança judicial.

21.28. Caso o contratante tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, o contratado ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

21.29. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

Impedimento de licitar e contratar, caso não se justifique imposição de penalidade mais grave.

21.30. Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

21.31. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.32. Der causa à inexecução total do contrato;

21.33. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.34. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.35. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.36. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

21.37. As condutas aqui enumeradas também podem justificar a aplicação da declaração de



inidoneidade quando as circunstâncias do caso concreto justificarem a imposição de penalidade mais grave.

21.38. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

21.39. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar pode ser aplicada por qualquer ente da federação impedirá o responsável de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.40. Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

21.41. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.42. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.43. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.44. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.45. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

21.46. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

21.47. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

21.48. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021. 17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração:

21.49. a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.50. as peculiaridades do caso concreto;

21.51. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.52. os danos que dela provierem para o contratante;

21.53. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.54. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei e nos regulamentos estaduais complementares.

21.55. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.56. Após a apuração dos fatos e responsabilização da empresa, as penalidades aplicadas constarão registradas nos sistemas informatizado do Estado de Mato Grosso (Cadastro de Fornecedores) e do Poder Executivo Federal, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

21.57. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.



22. - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.30. - O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo o(s) contrato(s) ser prorrogado por meio de Termo Aditivo conforme **art. 105 e 106, da Lei Federal nº 14.133/21** e suas sucessivas alterações posteriores.

23. - DO REAJUSTAMENTO

23.30. - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

24. - DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO

24.30. - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

25. - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

25.30. - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

25.30.1. - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

25.30.2. - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

25.30.3. - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

25.30.3.1. - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

25.30.3.2. - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

26. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

26.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Ribeirão Cascalheira/MT que não participaram do certame poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

26.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

26.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

26.1.3. prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

26.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

26.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nelas estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



26.4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, salvo quando a quantidade registrada para cada item for inferior a dois, quando as aquisições e contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

26.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

26.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

26.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

26.8. Para o fim do disposto pelo subitem 27.1, não há prazo para manifestação do órgão gerenciador, devendo-se ater-se, unicamente, à vigência da ata que o órgão não participante pretende aderir.

26.9. O pedido de adesão pelo órgão não participante, instruído com todos os documentos que o acompanham, deverá, preferencialmente, ser formalizado até 10 (dez) dias antes da data de expiração da validade da ata de registro de preços, sob pena de restar prejudicada a análise do processo para autorização pelo órgão gerenciador.

26.10.1. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador qual seja a Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, por meio do Setor de licitação através do e-mail: licitacao@ribeiraocascalheira.mt.gov.br, ou pelo endereço Avenida Padre João Bosco, n.º 2067 bairro Centro, em Ribeirão Cascalheira/MT, CEP: 78.675-000– Ribeirão Cascalheira – MT, ou, via Fone: (66) 3489-1838.

27 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

27.1.1. Serão aceitos e analisados os documentos exigidos neste Edital e Projeto Básico/Termo de Referência que contenham assinatura eletrônica.

27.1.1.1. Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.

27.1.1.2. A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico.

27.1.1.3. Os licitantes que apresentarem proposta e documentação que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados, poderão ser desclassificados e/ou inabilitados.

27.1.1.4. No caso da apresentação de documentos na forma especificada acima, a



Administração se resguarda no direito de diligenciar o documento apresentado junto ao emitente.

27.2. Salvo ressalva expressa, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília (DF), inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

27.3. Salvo ressalva expressa, todos os prazos em dias estabelecidos neste Edital serão consecutivos.

27.3.1. Os prazos em dias só se iniciam e vencem em dias úteis.

27.4. Os prazos em horas úteis obedecem ao horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira (7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 – horário de Brasília).

27.6. Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

27.7. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá releva omissoes puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no art. 64 da Lei Federal 14.133/21.

27.7.1. O não cumprimento da diligência requerida poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

27.8. As normas previstas neste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.9. As decisões do Pregoeiro serão publicadas conforme o disposto no art. 54 da Lei nº 14.133/21 e divulgadas na Internet.

27.10. A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

27.11. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fatos supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

27.11.1. A anulação do procedimento induz à do contrato dele decorrente.

27.11.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

27.12. A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.12.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

27.13. Cópia deste instrumento convocatório estará disponível no Portal eletrônico de licitações LICITANET, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site Oficial da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira: <https://ribeiraocascalheira.mt.gov.br/> e também pode ser feita a solicitação através do e-mail: licitacao@ribeiraocascalheira.mt.gov.br, ou via Fone: (66) 3489-1838, podendo ainda ser obtida junto ao Departamento de Licitações, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00 às 17h00 (horário de Brasília), até o último dia que



antecedendo a data prevista para abertura do certame.

27.14. As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo, no Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas Mato Grosso e as publicações em Jornal de Grande Circulação, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

27.15. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

27.16. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.16.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [inserir endereço eletrônico].

27.16.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

• **Anexo I** - Termo de Referência;

27.16.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

- **Anexo II** – Proposta de preços;
- **Anexo III** – Declarações unificadas;
- **Anexo IV** – Ficha Cadastral;
- **Anexo V** - Declaração de Garantia e Conformidade Técnica
- **Anexo VI** – Minuta da Ata de Registro de Preços.
- **Anexo VII** – Minuta do contrato;

Ribeirão Cascalheira -MT, 02 de fevereiro de 2026.

Emerson Aparecido Gustmann
Secretário de Infraestrutura.

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028



ANEXO I
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
TERMO DE REFERÊNCIA

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO – A Secretaria de Infraestrutura em cumprimento a legislação vigente necessita deflagrar procedimento licitatório, objetivando a AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MAQUINAS VIBRATORIAS E ANEL INFERIOR PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS (MANILHAS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT Aquisição de conjunto de maquinas vibratórias e anel inferior para fabricação de tubos de concretos (MANILHAS) para atender a Secretária Municipal de Infraestrutura de Ribeirão Cascalheira - MT, mediante Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, buscando obter a contratação mais vantajosa para a administração pública, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Estima-se adquirir 08 itens, cada um tendo sua quantidade e descrição específica, conforme a tabela a abaixo:

Item	Cód	Descrição do produto LOTE UNICO	Unid	Qtd	Valor Unit	Valor Total
01	36638	MAQUINA PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO CONJUNTO VIBRATORIO COM ENCAIXES MAC E FEMEA (MF) COM 1.000 MM DE DIAMETRO INTERNO X 1.200 MM DE DIAMETRO EXTERNO X 1.000 MM DE ALTURA, EQUIPADA COM MOTOR TRIFASICO 220/380 VOLTS, 7,5 CV, 2 POLOS. ESPESSURA (PAREDE) DO TUBO 100 MM	UN	01	26.720,93	26.720,93
02	36639	MAQUINA PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO CONJUNTO VIBRATORIO COM ENCAIXES MAC E FEMEA (MF) COM 600 MM DE DIAMETRO INTERNO X 720 MM DE DIAMETRO EXTERNO X 1.000 MM DE ALTURA, EQUIPADA COM MOTOR TRIFASICO 220/380 VOLTS, 4,0 CV - 2 POLOS. ESPESSURA (PAREDE) DO TUBO 60 MM.	UN	01	17.695,8250	17.695,8250



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA
ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria Municipal de Infraestrutura



03	36640	MAQUINA PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO CONJUNTO VIBRATORIO COM ENCAIXES MACHO E FEMEA (MF) COM 400 MM DE DIAMETRO INTERNO X 490 MM DE DIAMETRO EXTERNO X 1.000 MM DE ALTURA, EQUIPADA COM MOTOR TRIFASICO 220/380 VOLTS,3,0 CV- 2 POLOS. ESPESSURA MINIMA (PAREDE) DO TUBO 45 MM.	UN	01	17.586,00	17.586,00
04	36641	MAQUINA PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO CONJUNTO VIBRATORIO COM ENCAIXES MAC E FEMEA (MF) COM 1.200 MM DE DIAMETRO INTERNO X 1.450 MM DE DIAMETRO EXTERNO X 1.000 MM DE ALTURA, EQUIPADA COM MOTOR TRIFASICO 220/380 VOLTS, 7,5 CV, 2 POLOS. ESPESSURA (PAREDE) DO TUBO 125 MM.	UN	01	31.3628,25	31.628,25
05	36642	MOLDE PARA MAQUINA DE FABRICAR TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO MOLDE INFERIOR MF (ANEL) PARA FABRICACAO DE TUBOS DE CONCRETO 400 MM EM FERRO CHATO CALANDRADO TIPO CAMBOTA- PAREDE COMPATIVEL COM CONJUNTO VIBRATORIO DN 400 MM DE 45 MM.	UN	20	380,3333	7.606,6660
06	36643	MOLDE PARA MAQUINA DE FABRICAR TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO MOLDE INFERIOR MF (ANEL) PARA FABRICACAO DE TUBOS DE CONCRETO 600 MM EM FERRO CHATO CALANDRADO TIPO CAMBOTA- PAREDE COMPATIVEL COM CONJUNTO VIBRATORIO DN 600 MM DE 60 MM.	UN	20	504,75	10.095,00
07	36644	MOLDE PARA MAQUINA DE FABRICAR TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO MOLDE INFERIOR MF (ANEL) PARA FABRICACAO DE TUBOS DE CONCRETO 1000 MM EM FERRO	UN	20	1.425,50	28.510,00



		CHATO CALANDRADO TIPO CAMBOTA- PAREDE COMPATIVEL COM CONJUNTO VIBRATORIO DN 1000 MM DE 100 MM.				
08	36645	MOLDE PARA MAQUINA DE FABRICAR TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO MOLDE INFERIOR MF (ANEL) PARA FABRICACAO DE TUBOS DE CONCRETO 1200 MM EM FERRO CHATO CALANDRADO TIPO CAMBOTA- PAREDE COMPATIVEL COM CONJUNTO VIBRATORIO DN 1200 MM DE 125 MM.	UN	20	1.574,6750	31.493,50
Valor Total do Lote: R\$: 171.336,18						

a. **DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS - DESCRITIVO TÉCNICO:**

1. **LOTE 01: MÁQUINAS PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS), DO TIPO CONJUNTO VIBRATÓRIO**, destinada à moldagem de tubos de concreto com encaixes Macho e Fêmea (MF), conforme especificações técnicas mínimas a seguir.

2. **Especificações Técnicas Mínimas**

2.1 **Estrutura e Dimensões**

- Equipamento industrial do tipo **Conjunto Vibratório** para moldagem e compactação de concreto para fabricação de tubos.
- Tubo cilíndrico fabricado em aço de alta resistência, com as seguintes dimensões:
 - **Diâmetro interno:** item 1 (400 mm), item 2 (600mm), item 3 (1.000mm) e item 4 (1.200mm)
 - **Diâmetro externo:** item 1 (490 mm), item 2 (720mm), item 3 (1200mm), item 4 (1.450mm)
 - **Altura:** 1.000 mm
 - **Espessura da parede do tubo:** item 01 (45 mm) item 2 (60mm) item 3 (100mm) e item 4 (125mm);
- Sistema moldador compatível com encaixes:
 - **Macho e Fêmea (MF):** 400, 600, 1000 e 1200 mm
- Conjunto deve apresentar rigidez suficiente para absorção de vibração e operação contínua.

2.2 **Sistema Vibratório**

- Motor elétrico trifásico com as seguintes características mínimas:
 - **Tensão:** 220/380 Volts
 - **Potência:** item 1(3,0) item 2 (4,0 CV), item 3 (7,5 CV) e item 4(7,5 CV).
 - **Número de polos:** 2 polos (alta rotação)
- Acoplamento adequado ao eixo vibratório, garantindo compactação uniforme.



- Balanceamento do conjunto para operação estável.
- Suportes ou amortecedores minimizadores de transmissão de vibração para a base.

2.3 Desempenho Operacional

- Capacidade de produzir blocos de concreto com uniformidade e compactação adequada, atendendo aos padrões da **NBR 6136 (Blocos de Concreto Estrutural e de Vedação)**.
- Sistema que permita vibração contínua ou intermitente conforme o processo de fabricação.
- Operação adequada para uso intenso em ambiente industrial.

2.4 Segurança e Conformidade Normativa

O equipamento deve atender aos requisitos mínimos de segurança estabelecidos pelas normas nacionais aplicáveis, incluindo:

- Proteções físicas em partes móveis.
- Painel elétrico com proteção contra sobrecarga.
- Sistema com aterramento adequado.
- Conformidade com normas de segurança elétrica (ex.: NBR 5410 ou equivalentes, quando aplicável).

2.5 Acabamento e Durabilidade

- Pintura industrial anticorrosiva em todas as partes expostas.
- Estrutura reforçada com soldagem para alta durabilidade.
- Componentes dimensionados para operação contínua e trabalho pesado.

3. Condições de Entrega

- O equipamento deve ser entregue **novo, sem uso**, em perfeito estado de funcionamento.
- Embalagem adequada para transporte e proteção da integridade do equipamento.
- Entrega no local determinado pelo órgão/entidade.
- Prazo de entrega sugerido: até **30 dias** após assinatura da nota de empenho

4. Garantia

- Garantia mínima de **12 meses** contra defeitos de fabricação, materiais e montagem.
- Assistência técnica durante o período de garantia, com atendimento nacional.

5. Critérios de Aceitação do Objeto

O recebimento será condicionado à verificação de:

- Conformidade com todas as especificações técnicas descritas;
- Funcionamento pleno do conjunto vibratório mediante teste operacional;
- Integridade física e acabamento conforme previsto;
- Entrega do manual e da documentação técnica.

1. **LOTE 1: MOLDES PARA MÁQUINA DE FABRICAR DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO MOLDE INFERIOR (ANEL)** - Peça metálica utilizada como **base de moldagem** para fabricação de blocos de concreto com encaixe **Macho e Fêmea (MF)**, integrada ao conjunto vibratório. O molde inferior é responsável por conformar a parte inferior do bloco durante o processo de vibração e compactação.

2. Especificações Técnicas Mínimas

2.1 Material e Construção

- Fabricado em **aço de alta resistência** (aço carbono estrutural), próprio para esforços mecânicos e vibração intensa.



- Produção por **usinagem ou caldeiraria de precisão**, garantindo geometria uniforme e acabamento adequado.
- Soldas e fixações executadas segundo padrões industriais, com resistência compatível com operação contínua.

2.2 Dimensões e Geometria

- Diâmetros compatíveis com o conjunto vibratório:
 - **Diâmetro interno:** item 1 (400 mm), item 2 (600mm), item 3(1.000mm) e item 4 (1.200mm)
 - **Diâmetro externo:** item 1 (490 mm), item 2 (720mm), item 3 (1200mm), item 4 (1.450mm)
- **Altura (espessura axial) do anel:** conforme padrão do equipamento, garantindo encaixe perfeito com o molde superior.
- **Encaixe tipo MF (Macho e Fêmea)** conforme geometria de projeto.
- Faces internas usinadas para garantir regularidade dimensional e acabamento preciso.

2.3 Funcionalidade

- Deve formar a **base do bloco MF**, definindo o encaixe inferior da peça.
- Deve permitir **alinhamento perfeito** com o molde superior durante a vibração.
- Suportar esforço mecânico de vibração contínua sem deformação.
- Permitir extração do bloco após a compactação sem danos ao molde.

2.4 Acabamento e Durabilidade

- Tratamento superficial:
- Anticorrosivo (pintura industrial ou proteção equivalente), **exceto** nas áreas que exigem contato metálico/usinagem.
- Acabamento liso nas áreas internas e de contato para garantir moldagem uniforme do bloco.
- Espessura mínima do corpo do anel conforme projeto do fabricante, garantindo robustez para operação pesada.

2.5 Compatibilidade

- Compatível com:
 - **Conjuntos vibratórios com moldes tipo MF (Macho/Fêmea).**
 - **Diâmetro interno:** item 1(400 mm), item 2(600mm), item 3(1.000mm) e item 4(1.200mm)
 - **Diâmetro externo:** item 1 (480 mm), item 2 (720mm), item 3 (100mm), item 4 (1.450mm)
- Deve encaixar-se no **sistema de fixação do equipamento**, sem necessidade de adaptações.

3. Condições Gerais

- O molde deve ser entregue **novo, sem uso**, com acabamento homogêneo e dentro das tolerâncias dimensionais.
- Deve acompanhar **manual técnico** ou ficha de especificações do fabricante.
- Garantia mínima sugerida: **12 meses**, contra defeitos de fabricação.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, **conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.**

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem excencial , conforme artigo 20, da Lei 14.133/2021.



1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, restabelecido seu quantitativo inicialmente registrado, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme artigo 105 e 106 da Lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª Edição, setembro 2023):

4.1.1 Eficiência energética: priorizar equipamentos com menor consumo de energia elétrica, dotados de sistemas que reduzam perdas e otimizem o desempenho produtivo.

4.1.2 Durabilidade e manutenção: optar por equipamentos de maior vida útil, com componentes de fácil reposição, reduzindo a geração de resíduos e a necessidade de substituição frequente.

4.1.3 Materiais recicláveis: dar preferência a produtos fabricados com materiais recicláveis ou passíveis de reutilização ao final de sua vida útil.

4.1.4 Embalagens sustentáveis: sempre que possível, utilizar embalagens recicláveis, biodegradáveis ou retornáveis.

4.1.5 Transporte e logística: estimular práticas de logística sustentável, com planejamento de transporte que minimize o impacto ambiental e o consumo de combustíveis fósseis.

4.1.6 Gestão de resíduos: assegurar que a destinação de resíduos decorrentes da instalação, uso ou manutenção dos equipamentos seja realizada de forma ambientalmente adequada.

4.1.7 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, regularizadas pelo órgão oficial competente.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, dos artigos 96 e



seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por ser uma compra de bem comum, conforme item 1.1 deste TR, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do bem.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos maquinários/equipamentos é de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato ou documento que venha a substituí-lo, (empenho) serão adquiridos em remessa única, conforme a necessidade da administração pública.

5.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3 O objeto desta licitação deverá ser entregue mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelo Setor Competente (autorização de empenho), a qual deverá ser atendida no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data do recebimento da respectiva solicitação.

5.1.4 Os bens desta aquisição deverão ser entregues diretamente ao fiscal de contratos da Secretaria de Requisitante na sede da Prefeitura localizada provisoriamente na Av. Padre João Bosco nº 2067, Centro, Cep: 78675-000 das 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira. – Ribeirão Cascalheira/MT, Telefone: (66) 3489-18 e-mail: licitacao@ribeiraocascalheira.mt.gov.br, mediante prévio agendamento, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada, em remessa única.

5.2 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7 Fiscalização Administrativa

6.7.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.7.2.1 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.2.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7.2.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.7.2.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.7.2.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.7.2.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITERIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Como se trata de fornecimento de bens, a medição ocorrerá por entrega total e definitiva. O pagamento será efetuado em parcela única, referente ao valor dos itens efetivamente entregues e atestados. em até 30 dias após o atesto, conforme legislação aplicável 14.133/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO



8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão Eletrônico, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

8.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1 Habilitação jurídica

8.3.2 cópia da identificação do proprietário da empresa licitante;

8.3.3 - Registro comercial no caso de firma individual;

8.3.4 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

8.3.5 - Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

8.3.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4.6. Em se tratando de participação de ME ou EPP deve ser apresentada certidão simplificada da junta comercial, comprovando seu enquadramento como ME ou EPP;

8.4 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

8.4.2 prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS**, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

8.4.3 prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;**

8.4.4 prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

8.4.5 prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF - FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

8.4.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da **CNDT**.

8.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



8.6.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Certificações de Qualidade: Certificados emitidos por órgãos acreditados (como o INMETRO) que atestem que o produto atende às normas técnicas da ABNT.

Catálogos Técnicos Detalhados: Manuais e descritivos do fabricante que comprovem todas as especificações exigidas no Termo de Referência.

Laudos de Ensaio Laboratoriais: Relatórios de testes realizados por laboratórios independentes que comprovem a resistência e durabilidade (especialmente para as manilhas).

Prova de Conceito (PoC) ou Demonstração: Em vez de receber uma "amostra" na sede do órgão, você pode prever no edital a realização de uma visita técnica ou demonstração do equipamento em local indicado pelo fornecedor para verificar o funcionamento.

Atestados de Capacidade Técnica: Documentos de outros órgãos públicos ou empresas privadas que comprovem que o fornecedor já entregou produtos com as mesmas características e qualidade satisfatória.

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou dos itens pertinentes, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$: 171.336,18 (cento e setenta e um mil e trezentos e trinta e seis reais e dezoito centavos)**, conforme custos unitários apostos em anexo.

9.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.1.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, por conta das seguintes dotações:

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Reduzido	368	
Órgão	09	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura



Unidade	001	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura		
Função	04	Administração		
Subfunção	122	Administração Geral		
Programa	0003	Administração Geral		
Atividade	10232	Aquisição de Equip. Mat. Perman. Sec. Mun de Infra-Estrutura		
Elemento Despesa		Descrição	Fonte/Detalhamento	VALOR
4.4.90.52.00.00		Equipamentos e Material Permanente	1 500 0000000	171.336,18

11. LOCAL DE RECEBIMENTO

11.1. Os bens desta aquisição deverão ser entregues diretamente ao fiscal de contratos da Secretaria de Requisitante (pormenorizado no **Documento de Oficialização de Demanda**) na sede da Prefeitura localizada provisoriamente na Av. Padre João Bosco, nº 2067, Ribeirão Cascalheira, Cep: 78576-000 das 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 de segunda a sexta feira. – Ribeirão Cascalheira/MT, Telefone: (66) 3489-1838 e-mail: licitacao@ribeiraocascalheira.mt.gov.br mediante prévio agendamento, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada, em remessa única.

DO RECEBIMENTO, VERIFICAÇÃO TÉCNICA E REJEIÇÃO DO OBJETO

O recebimento do objeto ocorrerá em conformidade com o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021**, observando-se as seguintes etapas e condições:

Recebimento Provisório

O objeto será recebido **provisoriamente**, no local indicado pela Administração, para efeito de **verificação da conformidade quantitativa e técnica** com as especificações constantes no Termo de Referência, edital e proposta vencedora.

Verificação Técnica

Após o recebimento provisório, a Administração realizará a **análise técnica detalhada** do conjunto de máquinas vibratórias e do anel inferior, podendo, para tanto:

analisar catálogos, manuais, fichas técnicas e memoriais descritivos apresentados;

realizar testes operacionais, quando necessário;

promover **diligências técnicas**, nos termos do **art. 64 da Lei nº 14.133/2021**, para confirmação da compatibilidade, desempenho e adequação do equipamento às finalidades pretendidas.

Rejeição do Objeto

Será **rejeitado**, no todo ou em parte, o objeto que:

- não atenda integralmente às especificações técnicas exigidas;



- apresente incompatibilidade com o desempenho, capacidade ou características mínimas previstas;
- apresente defeitos, vícios, inadequações ou divergências em relação à proposta apresentada.

Na hipótese de rejeição, a contratada deverá proceder à **substituição, correção ou adequação do objeto**, no prazo a ser definido pela Administração, **sem qualquer ônus adicional**, inclusive quanto a transporte, instalação ou desmontagem.

Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo somente ocorrerá após a comprovação plena da conformidade técnica e funcional do objeto, mediante atesto formal do setor competente, momento a partir do qual será considerada cumprida a obrigação contratual, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por eventuais vícios ocultos.

Sanções

O descumprimento das obrigações relativas à entrega e conformidade do objeto sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

12. CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO, GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA

12.1. A contratada deverá substituir qualquer ITEM defeituoso, ou que não siga as especificações presentes nesse TERMO DE REFERÊNCIA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, EDITAIS entre outros.

12.2. Cada item deverá ter a garantia mínima de 12 meses.

12.3 Manual de instrução informando marca e modelo do equipamento, esquemas elétricos e pneumático/hidráulico da máquina; com listas de componentes elétrico, eletrônico, pneumático, hidráulico, etc. contendo fabricantes e modelos.

12.4 Entrega técnica, sendo necessário oferecer treinamento (operação, programação, eletroeletrônica e mecânica).

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028



APÊNDICE DO ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETIVO

Caracterizar, através do Estudo Técnico Preliminar (ETP), determinada necessidade, descrevendo as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

DAMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MÁQUINAS VIBRATORIAS E ANEL INFERIOR PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS (MANILHAS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT.

1.2 EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Emerson Aparecido Gustmann

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Infraestrutura necessita adquirir equipamentos destinados à implantação e operação de uma unidade municipal para fabricação de tubos de concreto, com o objetivo de atender às demandas crescentes de obras de drenagem pluvial, saneamento básico, pavimentação e manutenção de vias públicas.

Atualmente, o Município depende da compra de tubos de concreto de fornecedores externos, o que tem resultado em custos elevados, dificuldade de logística, atrasos na execução das obras e falta de padronização da qualidade dos materiais. Essa dependência compromete a eficiência da Secretaria e impacta negativamente o cronograma de serviços essenciais à população. Com a aquisição dos equipamentos necessários — tais como máquinas vibratórias, anel inferior — será possível implantar uma estrutura produtiva própria, permitindo a fabricação contínua e controlada dos tubos utilizados em obras municipais. A medida visa reduzir custos operacionais, aumentar a autonomia da administração pública, melhorar a qualidade das obras executadas e assegurar a disponibilidade imediata dos materiais, especialmente em situações emergenciais, como alagamentos e recuperação de vias danificadas.

Portanto, a aquisição é necessária e estratégica para o fortalecimento da capacidade operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura, garantindo eficiência, economicidade e melhoria da prestação dos serviços públicos de infraestrutura urbana e rural. Considerando o processo licitatório nº 79/2025, referente ao registro de preços para eventual aquisição de equipamentos para fabricação de tubos de concreto, lote 01, destinado à Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Ribeirão Cascalheira – MT, informamos que referido lote foi declarado deserto por ausência de propostas válidas ou interesse dos fornecedores no certame.

Em conformidade com o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, que trata do planejamento das contratações públicas e da necessidade de fundamentação técnica para a realização do certame, esta nova licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição do conjunto de máquinas vibratórias e anel inferior para fabricação de tubos de concreto (manilhas), visando atender a demanda específica da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

A declaração de deserto do lote 01 no processo anterior justifica a realização de novo procedimento licitatório com objeto ajustado, garantindo a observância dos princípios da eficiência, economicidade e competitividade, conforme previsto no artigo 6º, inciso XXIII, e artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

Esta justificativa visa assegurar a transparência e a adequada fundamentação do novo processo licitatório, informando aos licitantes sobre a situação do lote anterior e a motivação para a nova contratação, em estrita observância à legislação vigente e aos princípios que regem as contratações públicas.

Assim, fica registrado que o lote 01 do processo eletrônico 17/2025, processo licitatório 79/2025, foi declarado deserto, motivando a presente licitação para atendimento da demanda municipal a republicação do edital com o item correspondente.



3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O município ainda está em fase de elaboração do plano anual de contratações, fato que impede a análise entre contratação e planejamento no momento da elaboração deste estudo, que somente será possível após a implantação do PAC.

Porém a intenção de contratação foi previamente aprovada pela Prefeitura Municipal, e está prevista no Plano Plurianual e na Lei Orçamentaria Anual, á conta das seguintes dotações orçamentárias:

Reduzido	368		
Órgão	09	Secretária Municipal de Infra-Estrutura	
Unidade	001	Secretária Municipal de Infra-Estrutura	
Função	04	Administração	
Subfunção	122	Administração Geral	
Programa	0003	Administração Geral	
Atividade	10232	Aquisição de Equip. Mat. Perman. Sec. Mun de Infra-Estrutura	
Elemento Despesa		Descrição	Fonte/Detalhamento
4.4.90.52.00.00		Equipamentos e Material Permanente	1 500 0000000
			171.336,18

4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO

Os bens enquadram-se na classificação de bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações ou usuais de mercado, conforme prevê o inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021.

Os produtos, objetos deste ETP, devem ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da notificação do empenho ao fornecedor, no endereço indicado na ordem de fornecimento, dentro da padronização seguida pelo órgão e conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes no processo. Uma vez definido o cronograma de entrega, o prazo acima, será automaticamente alterado, cabendo ao contratado o fornecimento dos padrões nos dias e horário definidos no citado cronograma que será anexado nos autos do processo para efeito de registro e conhecimento de todos, tornando-se parte integrante deste e obrigação de cumprimento por parte contratada.

A contratação tem como requisito principal a **aquisição de equipamentos industriais adequados à fabricação de tubos de concreto** que atendam aos **padrões técnicos e de qualidade exigidos pelas normas da ABNT**, em especial a **NBR 8890:2007 (Tubos de Concreto para Drenagem Pluvial e Saneamento)**, garantindo durabilidade, resistência e segurança dos produtos fabricados.

Os equipamentos a serem adquiridos deverão:

Atender às especificações técnicas necessárias ao processo de produção de tubos de concreto de diversos diâmetros, de acordo com a demanda municipal;

Possuir capacidade compatível com o volume de produção previsto, assegurando eficiência operacional e otimização do tempo de fabricação;

Ser novos, de primeiro uso, e de tecnologia atualizada, com garantia mínima do fabricante e assistência técnica disponível no território nacional;



Atender às normas de segurança do trabalho, de modo a proporcionar condições seguras de operação aos servidores municipais;

Permitir integração entre os diversos equipamentos do processo produtivo, garantindo fluxo contínuo e padronizado da fabricação;

Apresentar baixo custo de manutenção e consumo energético compatível com o porte da unidade fabril municipal;

Ser fornecidos com **manual técnico, treinamento operacional e suporte para instalação e inicialização do processo de produção**.

A contratação visa dotar a Secretaria Municipal de Infraestrutura de **autonomia produtiva, redução de custos com aquisição externa de tubos de concreto, e agilidade na execução das obras públicas** de drenagem, saneamento e infraestrutura urbana e rural.

5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE.

Apesar da natureza do objeto em estudo não provocar grandes impactos ambiental, mas quando falamos em sustentabilidade, vamos bem além desse impacto, então a execução para implantação de fábrica de tubos de concretos, máquinas vibratórias, anel inferior, envolve vários aspectos importantes para minimizar impactos negativos. Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Eficiência energética: priorizar equipamentos com menor consumo de energia elétrica, dotados de sistemas que reduzam perdas e otimizem o desempenho produtivo.

Durabilidade e manutenção: optar por equipamentos de maior vida útil, com componentes de fácil reposição, reduzindo a geração de resíduos e a necessidade de substituição frequente.

Materiais recicláveis: dar preferência a produtos fabricados com materiais recicláveis ou passíveis de reutilização ao final de sua vida útil.

Embalagens sustentáveis: sempre que possível, utilizar embalagens recicláveis, biodegradáveis ou retornáveis.

Transporte e logística: estimular práticas de logística sustentável, com planejamento de transporte que minimize o impacto ambiental e o consumo de combustíveis fósseis.

Gestão de resíduos: assegurar que a destinação de resíduos decorrentes da instalação, uso ou manutenção dos equipamentos seja realizada de forma ambientalmente adequada.

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, regularizadas pelo órgão oficial competente.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES E LEVANTAMENTO QUANTITATIVO

As especificações e estimativas expostas na tabela abaixo, são derivadas de levantamentos realizados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA deste município que, enviou suas necessidades, conforme documentos em anexos. Os itens descritos neste documento, bem como, seu quantitativo, equivalem a CONSOLIDAÇÃO de todas as necessidades formulada pela área demandante demonstrada no PEDIDO DE COMPRA em anexo:



7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para efeitos do presente **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, inicialmente, se verificou que no tocante ao objeto em questão, não há alternativas diversas para alcance da solução almejada. Trata-se da **AQUISIÇÃO IMEDIATA E INTEGRAL**, de produtos de uso comum da Administração Pública, restando apenas um levantamento financeiro de seu real custo para posterior análise da autoridade superior.

Os produtos objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão e para sua obtenção ou compra, existem muitos fornecedores existentes no mercado nacional, que oferecem materiais dentro das especificações solicitadas.

A **LICITAÇÃO NA FORMA PREGÃO ELETRÔNICO** foi a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender as necessidades da demanda principalmente, por se tratar de bem comuns como critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, bem como, se o montante financeiro destinado ao objeto de interesse municipal dentro dos limites estabelecidos no Art. 6, XLI, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, o que respalda a modalidade e forma selecionada. Os produtos classificados como comuns possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado.

A pesquisa de Preços para estimativa do valor unitário máximo a ser aceito na licitação tem por base uma Mapa de Preços elaborado no base no Art. 23 da 14.133, de 01 de abril de 2021, em seu §1º inciso I, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional e que podem e devem ser utilizadas, também, no âmbito municipal.

Nesse entendimento e com vista a obtenção dos preços que condigam com a realidade do ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, após consolidação dos itens de interesse DESTA SECRETARIA do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, se buscou junto ao BANCO DE PREÇOS E COM FORNECEDORES, o estimado para cada produto a fim de termos uma noção do real custo de tudo que, possivelmente, se necessário adquirir para o desenvolvimento dos trabalhos precípuos da Administração quanto ao **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MÁQUINAS VIBRATÓRIAS E ANEL INFERIOR PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS (MANILHAS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT.**

Por fim havendo o levantamento de custo totalmente realizado e, verificando-se estar esse levantamento financeiro dentro do VALOR previsto no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA que deu origem ao presente estudo, se conclui SER A SOLUÇÃO MAIS VIÁVEL para problema exposto em DFD AQUELA QUE SE CARACTERIZA PELO **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MÁQUINAS VIBRATÓRIAS E ANEL INFERIOR PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS (MANILHAS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT**, utilizando o REGISTRO DE PREÇO.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



A solução proposta consiste na aquisição de um conjunto de equipamentos industriais necessários para a implantação e operação de uma unidade municipal de fabricação de tubos de concreto, destinados ao atendimento das demandas de obras de drenagem pluvial, saneamento básico e infraestrutura urbana e rural sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Ribeirão Cascalheira/MT.

Com base no diagnóstico das necessidades do Município, verificou-se que a dependência da aquisição externa de tubos de concreto tem gerado altos custos, atrasos na execução de obras e limitações no controle de qualidade dos materiais. A solução adotada visa internalizar o processo produtivo, proporcionando autonomia, economia e eficiência operacional à administração pública.

A implantação da fábrica municipal permitirá a produção própria de tubos de concreto em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT NBR 8890:2007 e correlatas), assegurando maior durabilidade e resistência dos materiais empregados em obras públicas.

Para viabilizar essa estrutura, a solução prevê a aquisição dos seguintes tipos de equipamentos, de acordo com as especificações técnicas a serem detalhadas no Termo de Referência:

MAQUINA PARA FABRICAR BLOCOS - DO TIPO CONJUNTO VIBRATORIO MF DE 400MM, 490MM, 600MM, 720MM, 1.000MM, 1.200MM e 1.450MM

MOLDE PARA MAQUINA DE FABRICAR BLOCOS - DO TIPO MOLDE INFERIOR MF(ANEL) DE 400MM, 45MM, 600 MM, 60MM, 1.000MM, 100MM, e 1.200MM de 125MM.

A solução contempla ainda a entrega, instalação, teste de funcionamento e treinamento operacional da equipe técnica municipal, garantindo o pleno domínio do processo produtivo.

Com essa estrutura implantada, a Secretaria Municipal de Infraestrutura terá capacidade produtiva própria, reduzindo significativamente os custos de obras, melhorando a gestão dos recursos públicos, e agilizando as intervenções necessárias nas áreas urbanas e rurais, em benefício direto da população.

9. DOS PRODUTOS A SEREM REGISTRADOS EM PROCESSO

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO LOTE 01	UN D	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	36638	MAQUINA PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO CONJUNTO VIBRATORIO COM ENCAIXES MACHO E FEMEA (MF) COM 1.000 MM DE DIAMETRO INTERNO X 1.200 MM DE DIAMETRO EXTERNO X 1.000 MM DE ALTURA, EQUIPADA COM MOTOR TRIFASICO 220/380 VOLTS, 3,0 CV, 2 PÓLOS. ESPESSURA MÍNIMA (PAREDE) DO TUBO: 45 MM.	UN	01	26.720,93	26.720,93
	36639	MAQUINA PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO	UN	01	17.695,8250	17.695,8250



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA
ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria Municipal de Infraestrutura



02		(MANILHAS)- DO TIPO CONJUNTO VIBRATORIO COM ENCAIXES MACHO E FEMEA (MF) COM 600 MM DE DIAMETRO INTERNO X 720 MM DE DIAMETRO EXTERNO X 1.000 MM DE ALTURA, EQUIPADA COM MOTOR TRIFASICO 220/380 VOLTS, 4,0 CV, 2 PÓLOS. ESPESSURA (PAREDE) DO TUBO: 60 MM				
03	36640	MAQUINA PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO CONJUNTO VIBRATORIO COM ENCAIXES MACHO E FEMEA (MF) COM 400 MM DE DIAMETRO INTERNO X 490 MM DE DIAMETRO EXTERNO X 1.000 MM DE ALTURA, EQUIPADA COM MOTOR TRIFASICO 220/380 VOLTS – 7,5 CV - 2 POLOS - ESPESSURA (PAREDE) DO TUBO: 100 MM.	UN	01	17.586,00	17.586,00
04	36641	MAQUINA PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO CONJUNTO VIBRATORIO COM ENCAIXES MACHO E FEMEA (MF) COM 1.200 MM DE DIAMETRO INTERNO X 1.450 MM DE DIAMETRO EXTERNO X 1.000 MM DE ALTURA, EQUIPADA COM MOTOR TRIFASICO 220/380 VOLTS – 7,5 CV - 2 PÓLOS - ESPESSURA (PAREDE) DO TUBO: 125 MM.	UN	01	31.628,25	31.628,25
05	36642	MOLDE PARA MAQUINA DE FABRICAR TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO MOLDE INFERIOR MF (ANEL) PARA FABRICACAO DE TUBOS DE CONCRETO 400 MM EM FERRO CHATO CALANDRADO TIPO CAMBOTA- PAREDE COMPATIVEL COM CONJUNTO VIBRATORIO DN 400 MM DE 45 MM.	UN	20	380,3333	7.606,6660
06	36643	MOLDE PARA MAQUINA DE FABRICAR TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO MOLDE INFERIOR MF (ANEL) PARA FABRICACAO DE TUBOS DE CONCRETO 600 MM EM	UN	20	504,75	10.095,00



		FERRO CHATO CALANDRADO TIPO CAMBOTA- PAREDE COMPATIVEL COM CONJUNTO VIBRATORIO DN 600 MM DE 60 MM.				
07	36644	MOLDE PARA MAQUINA DE FABRICAR TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO MOLDE INFERIOR MF (ANEL) PARA FABRICACAO DE TUBOS DE CONCRETO 1000 MM EM FERRO CHATO CALANDRADO TIPO CAMBOTA- PAREDE COMPATIVEL COM CONJUNTO VIBRATORIO DN 1000 MM DE 100 MM.	UN	20	1.425,50	28.510,00
08	36645	MOLDE PARA MAQUINA DE FABRICAR TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)- DO TIPO MOLDE INFERIOR MF (ANEL) PARA FABRICACAO DE TUBOS DE CONCRETO 1200 MM EM FERRO CHATO CALANDRADO TIPO CAMBOTA- PAREDE COMPATIVEL COM CONJUNTO VIBRATORIO DN 1200 MM DE 125 MM.	UN	20	1.574,6750	31.493,50
Valor Total do Lote: R\$: 171.336,18						

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação é de **R\$ 171.336,18** (cento e setenta e um mil e trezentos e trinta e seis reais e dezoito centavos). Considerando os termos do Art. 23 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por ITEM, a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de no mínimo três preços. Foi utilizada a metodologia da média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços com a desconsideração de valores inexequíveis inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço praticado no mercado.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

A adjudicação do **PREGÃO** com **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** será por lote, por se tratar de uma solução mais adequada e eficiente frente à natureza do objeto.

Considerando a natureza e diversidade dos equipamentos necessários para a aquisição dos equipamentos **para fabricação dos tubos de concreto**, verifica-se a necessidade técnica e administrativa, onde **NÃO** se aplica o parcelamento do objeto da contratação, uma vez que, o parcelamento poderia gerar complicações e comprometer seu resultado.

O processo de fabricação de tubos de concreto envolve diferentes etapas — preparo do



concreto, moldagem, vibração, cura e movimentação das peças, sendo cada uma delas dependente de equipamentos com finalidades, tecnologias e especificações distintas. Dessa forma, o agrupamento por lote permite uma organização mais lógica dos itens, favorecendo o planejamento, a execução e o controle da contratação. Essa forma de adjudicação também contribui para uma gestão mais simplificada da Ata de Registro de Preços, além de possibilitar que fornecedores especializados em determinados grupos de produtos possam participar do processo, ampliando a concorrência e promovendo maior economicidade.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

13. ALINHAMENTO COM LOA

Essa contratação está prevista na LOA/2026 da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT.

14. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A presente contratação busca garantir o atendimento das necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA com a aquisição de equipamentos de qualidade, conforme as especificações definidas, ao menor preço possível, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público. O objetivo é assegurar que os itens adquiridos realmente cumpram sua finalidade social, evitando contratações frustradas ou aquisições que não atendem aos padrões mínimos exigidos, o que poderia comprometer a execução das ações planejadas.

A correta seleção dos materiais, aliada à observância das exigências técnicas, reduz o risco de falhas no fornecimento, impugnações ao processo licitatório e atrasos na entrega, promovendo uma contratação segura, transparente e satisfatória.

Os principais benefícios são:

Redução de custos – a produção própria de tubos de concreto eliminará a necessidade de aquisição constante de materiais de fornecedores externos, reduzindo despesas com transporte, logística e margens de lucro de terceiros;

Autonomia e agilidade operacional – a Secretaria Municipal de Infraestrutura passará a dispor de meios próprios para fabricar tubos sob demanda, permitindo **respostas mais rápidas a situações emergenciais**, como alagamentos e erosões, além de acelerar o cronograma das obras de drenagem e saneamento;

Padronização e controle de qualidade – com a fabricação municipal, será possível **garantir a conformidade dos tubos com as normas técnicas da ABNT**, assegurando maior durabilidade e desempenho das obras executadas;

Eficiência na aplicação dos recursos públicos – o investimento em equipamentos representa uma **solução permanente e sustentável**, promovendo economia a médio e longo prazos e otimizando o uso do orçamento público;

Desenvolvimento local e geração de empregos – a implantação da unidade fabril demandará **mão de obra local**, estimulando a economia do município e promovendo capacitação técnica dos servidores envolvidos;

Sustentabilidade ambiental – a produção local permitirá **melhor gestão de resíduos da construção civil**, com possibilidade de reaproveitamento de materiais inertes no processo produtivo, reduzindo impactos ambientais;



Melhoria da infraestrutura urbana e rural – a disponibilidade contínua de tubos de concreto possibilitará **execução mais ampla e regular de obras de drenagem, pavimentação e saneamento**, resultando em melhor qualidade de vida para a população;

Fortalecimento da capacidade institucional da Prefeitura – ao dispor de estrutura própria de produção, o Município amplia sua capacidade técnica e operacional, tornando-se menos dependente de contratações externas e mais eficiente na execução direta de suas políticas públicas.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Após a realização desse Estudo Preliminar, o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado pela Administração será realizada Licitação Através de **PREGÃO ELETRÔNICA COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

A licitação estando homologada e as **atas assinadas** poderá ser feita a contratação para aquisição dos itens licitados.

16. POSSÍVEL IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A aquisição de equipamentos para fabricação de tubos de concreto pode gerar impactos ambientais pontuais, típicos de atividades industriais de pequeno porte voltadas à produção de artefatos de concreto. Esses impactos, entretanto, podem ser adequadamente controlados e mitigados mediante a adoção de medidas preventivas e corretivas de gestão ambiental.

Possíveis Impactos Ambientais

Geração de resíduos sólidos: sobras de concreto, embalagens de cimento, resíduos metálicos e materiais de manutenção dos equipamentos;

Consumo de água e energia elétrica: uso de recursos naturais no preparo da mistura e na limpeza dos equipamentos;

Emissão de poeira e partículas: proveniente do manuseio de agregados (areia, brita e cimento) e durante o processo de vibração e desmolde;

Ruído e vibração: decorrentes do funcionamento de betoneiras, vibradores e equipamentos de movimentação;

Risco de contaminação do solo e da água: devido ao descarte inadequado de resíduos ou lavagem de equipamentos em áreas não impermeabilizadas;

Tráfego e movimentação de veículos e materiais: aumento do fluxo interno e externo de transporte, com potencial de geração de poeira e desgaste do entorno.

Medidas Mitigadoras e de Controle

Para minimizar e controlar os impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

Gestão de resíduos:

Implementar coleta seletiva e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

Reaproveitar sobras de concreto, quando tecnicamente possível, em bases ou sub-bases de pavimentação;

Firmar parcerias com empresas licenciadas para destinação final de resíduos não reaproveitáveis.

Controle de poeira e partículas:

Manter áreas de armazenamento de agregados cobertas ou umedecidas periodicamente;

Instalar sistemas de ventilação e exaustão nas áreas de produção;

Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados pelos operadores.



Uso racional de recursos naturais:

Implantar sistema de captação e reaproveitamento de água utilizada na lavagem dos equipamentos;

Adotar práticas de eficiência energética, priorizando o uso de motores e equipamentos com selo de eficiência;

Promover o uso racional de insumos e controle de consumo.

Controle de ruído:

Instalar barreiras acústicas ou enclausuramento parcial de equipamentos mais ruidosos;

Restringir o funcionamento da fábrica a horários compatíveis com as normas municipais;

Fornecer protetores auriculares aos trabalhadores.

Prevenção à contaminação do solo e da água:

Pavimentar e impermeabilizar áreas de lavagem e manipulação de concreto;

Instalar caixa de decantação e separador de sólidos antes do lançamento de efluentes;

Armazenar combustíveis e produtos químicos em locais adequados e sinalizados.

Educação ambiental e capacitação:

Promover treinamentos periódicos sobre boas práticas ambientais e segurança do trabalho;

Sensibilizar os servidores quanto à importância da gestão responsável dos recursos e resíduos.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamentos declara **viável** esta contratação. A aquisição se mostrou viável a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos, como já vem sendo realizada pelo **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**.

18. LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Os serviços serão realizados no local que a contratante informar

19. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Fiscal do contrato

Alef Victor Araújo Dias

Gestor do contrato

Contratante.

20. RESPONSÁVEL:

Área requisitante: Secretaria Municipal de Infraestrutura.



ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
REGISTRO DE PREÇOS

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome Fantasia:

Razão Social:

CNPJ:

Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não) Campo
Obrigatório

Insc. Est:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Telefone:

Banco:

Nome e nº da Agência:

Cidade:

E-mail:

Fax:

Conta Bancária:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QT	MARC A	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

Declaro:

01 - Que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

02 - Que o objeto do certame será entregue conforme estipulado neste edital que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos.

03 - Está ciente das obrigações que irá assumir caso seja vencedora da licitação;

04 - A entrega dos itens deverá ser conforme Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº: 02/2026.

05 - A validade da proposta é de 60 dias.

_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e identificação do Representante Legal



ANEXO III - DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

A(razão social da empresa), CNPJ Nº....., localizada à, vem por meio deste atestar:

21.2.1.1 que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e que tem pleno conhecimento e aceitação das regras do certame.

21.2.1.2 que a Contratada cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

21.2.1.3 que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

21.2.1.4 o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, o qual veda o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

21.2.1.5 que a contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

21.2.1.6 que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei que atende aos requisitos de habilitação;

21.2.1.7 o seu não enquadramento em qualquer das proibições estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº14.133/2021;

21.2.1.8 que cumprirá os prazos de entrega do objeto, conforme solicitado pela Secretaria Municipal requisitante;

21.2.1.9 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 anos na condição de aprendizes deverá declarar expressamente.

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028

Local e data.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)



ANEXO IV - FICHA CADASTRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2026

Para fins de agilidade do credenciamento das empresas que participarão desta Licitação, esta ficha cadastral deverá ser preenchida, assinada e carimbada pelo responsável da empresa e entregue no momento do credenciamento.

Objeto: Aquisição de equipamentos para fabricação de tubos de concreto tais como: máquinas vibratórias, anel inferior, para atender a secretaria de Infraestrutura da Prefeitura de Ribeirão Cascalheira – MT

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES: () SIM () NÃO

MARQUE QUAL A CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

MICRO EMPRESA () EMPRESA DE PEQUENO PORTE () EMPREENDEDOR

INDIVIDUAL OUTROS () QUAL

ENDEREÇO COMPLETO:

E-MAIL:

TELEFONE:

TIPO DA EMPRESA:

() INDIVIDUAL

() LTDA

() S/A

() OUTROS. QUAL

DADOS DOS SÓCIOS CONSTANTES NO CONTRATO SOCIAL: (É OBRIGATÓRIO A INFORMAÇÃO DE NO MÍNIMO 02 SÓCIOS EXCETO QUANDO FOR EMPRESA INDIVIDUAL).

NOME COMPLETO:

CPF:

DATA DO REGISTRO DO CONTRATO NA JUNTA COMERCIAL:

NOME COMPLETO:

CPF:

DATA DO REGISTRO DO CONTRATO NA JUNTA COMERCIAL:

DADOS BANCÁRIO: (É OBRIGATÓRIO QUE A CONTA ESTEJA EM NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE)

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA:

DADOS DO REPRESENTANTE QUE ATUARÁ NA SESSÃO

NOME:

RG:

CPF:

DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL QUE ASSINARÁ O CONTRATO CASO A EMPRESA SEJA VENCEDORA

NOME: CARGO:

ESTADO CIVIL:

RG:SSP/

CPF:

ENDEREÇO: TELEFONE:

Assinatura e Carimbo



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA E CONFORMIDADE TÉCNICA

Ao
Pregoeiro do Município de Ribeirão Cascalheira-MT.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026.

(A ser apresentada em papel timbrado da empresa licitante)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT
OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos para Fabricação de Tubos de Concreto, tais como: máquinas vibratórias, anel inferior, , destinados à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal infra-assinado, em atendimento às exigências do Edital supracitado, **declara, sob as penas da lei, que:**

- Os equipamentos ofertados são **novos, de primeiro uso**, fabricados com materiais de alta qualidade e durabilidade, **atendendo integralmente às especificações técnicas e normas aplicáveis** descritas no Termo de Referência.
- Todos os equipamentos terão **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do **recebimento definitivo** pela Administração, abrangendo **defeitos de fabricação, materiais e funcionamento**, sem qualquer ônus para o órgão contratante.
- A empresa se compromete a fornecer, durante o período de garantia, **assistência técnica e manutenção corretiva, com substituição imediata de peças e componentes defeituosos**, sempre que solicitado pela Administração, **sem custos adicionais**.
- A empresa assegura que possui ou manterá à disposição da Administração **assistência técnica própria ou autorizada no território nacional**, apta a prestar suporte durante o prazo de garantia.
- Caso o fabricante conceda prazo de garantia superior ao aqui declarado, **prevalecerá o prazo mais vantajoso à Administração**, conforme o edital e a legislação pertinente.
- Declara, ainda, estar ciente de que o descumprimento das condições acima sujeitará a empresa às **penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.
- A presente declaração é firmada para fins de habilitação no certame, **em conformidade com o art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021** e o **art. 50 do Código de Defesa do Consumidor**, comprometendo-se a empresa a observar integralmente os prazos e condições aqui estabelecidos.

Local e data: _____, ____ de _____ de _____.

(Nome do Representante Legal)

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Carimbo da Empresa



ANEXO VI
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO _/2026

PARTES:

CONTRATANTE: O Município de Ribeirão Cascalheira, sediado na Avenida Padre João, nº 1.250, centro, Ribeirão Cascalheira/MT, inscrito no CNPJ: 24.772.113/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito, CPF nº _____, residente e domiciliado neste município doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: _____, com sede na _____, nº _____ – Bairro _____, na cidade de _____, CEP XXXXXXXXX – UF, inscrita no CNPJ/MF N. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo seu _____, **senhor** _____, portador do CPF N. XXX.XXX.XXX-XX, **E-MAIL INSTITUCIONAL:** _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação dos itens enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2026, modo de disputa: **ABERTO**, participação: **TODAS AS EMPRESAS**, Critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**, com autorização constante do Processo Administrativo N. 06/2026, homologado em _____ de _____ de 20____, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

1.1 - Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 02/2026, seus anexos, a proposta da **CONTRATADA** datada em _____ de _____ de 2026, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Constitui o objeto do presente instrumento o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MÁQUINAS VIBRATÓRIAS, ANEL INFERIOR PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS (MANILHAS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº. 02/2026.**

2.2 - A entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo DO OBJETO do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.3 - Toda e qualquer alteração no(s) produto(s) ora contratados somente poderá ser



efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Ribeirão Cascalheira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1 - Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UNI D	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

3.2 - No preço contratado estão incluídas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, danos causados pelo transporte e produtos com defeitos.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta dos recursos indicados no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

5.1. Prazo de entrega do objeto licitado, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da Ordem de Compra: até **30 (trinta) dias consecutivos**.

5.2. A entrega ocorrerá na Rua _____, nº _____, Bairro _____ - Município de Ribeirão Cascalheira-MT, mediante agendamento prévio junto ao Setor de compras.

5.3. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na Proposta, devendo ser substituídos, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

5.5. O prazo de garantia contra defeito e vícios de fabricação será para cada item, sem qualquer ônus adicional para o Município de Ribeirão Cascalheira, contados a partir do seu recebimento definitivo.

5.5.1. O prazo de validade dos itens não poderá ser inferior a 06 meses, no ato da entrega de cada item.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01(um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 e 106 da Lei nº 14.133/21.



6.3 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

6.4- O pedido de prorrogação de prazo, somente será conhecido pelo Município de Ribeirão Cascalheira caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitação, antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.

6.5 - Se a CONTRATADA deixar de fornecer os itens dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Ribeirão Cascalheira, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.1.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item **DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

7.1.3. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao setor de compras do Município de Ribeirão Cascalheira.

7.1.4 Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

7.1.4.1 O recebimento dos itens será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

7.1.4.2 O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Ribeirão Cascalheira, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município Ribeirão Cascalheira, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.1.5 Garantir o(s) produto(s) contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

7.1.6 Fornecer produto(s) de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

7.1.7. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a



disponibilização, nos locais indicados pelo Município Ribierão Cascalheira, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.1.8. Substituir, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

7.1.9. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

7.1.10. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetua-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

7.1.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos**, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.1.12. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.1.13. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.14. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.1.15. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Ribeirão Cascalheira ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.1.16. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

1.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

1.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar fornecimento do objeto deste Ata de registro de preço;

1.4. Emitir as ordens de fornecimento à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;



- 1.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
1.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas na ata de registro de preço.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de Ribeirão Cascalheira, por intermédio de _____, que acompanhará a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à **empresa vencedora** a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Ribeirão Cascalheira e terá as seguintes atribuições:

- Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
- Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
- Assegurar à **CONTRATADA** acesso às suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
- Agir e decidir em nome do Município de Ribeirão Cascalheira inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas.
- Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quanto à rejeição do(s) produto(s).
- Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
- Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
- Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela **CONTRATADA**, de condições previstas neste instrumento.
- Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à **CONTRATADA**, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
- Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à **CONTRATADA**.
- Instruir o(s) recurso(s) da **CONTRATADA** no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de Ribeirão Cascalheira.
- No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

10.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o fornecimento dos itens e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

10.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação



dos produtos pela fiscalização do Município de Ribeirão Cascalheira e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Ribeirão Cascalheira, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

10.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Ribeirão Cascalheira.

10.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

10.3 – O Município de Ribeirão Cascalheira poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Ribeirão Cascalheira.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a fornecimento dos materiais ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Ribeirão Cascalheira.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Ribeirão Cascalheira quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DO REAJUSTAMENTO

11.1 - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA –DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO

12.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:



- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Ribeirão Cascalheira, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

13.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

13.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.4 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

14.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

14.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

14.2 - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

14.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

15.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21, com aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 10.024/19, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA
ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria Municipal de Infraestrutura



- 1.1** - Fica eleito o foro da cidade de Ribeirão Cascalheira/MT para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 1.2** - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

....., de..... de 20.....

ELZA DIVINA BORGES GOMES
Prefeito Municipal – CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-





ANEXO VII
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MINUTA DO CONTRATO N.º _____/2026

PARTES:

CONTRATANTE: O Município de Ribeirão Cascalheira, sediado na Avenida Padre João Bosco, nº 1.250, centro, Ribeirão Cascalheira/MT, inscrito no CNPJ: 24.772.113/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Sr.º _____, CPF nº _____, residente e domiciliado neste município doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: _____, com sede na _____, nº _____ – Bairro _____, na cidade de _____, CEP XXXXXXXXXX – UF, inscrita no CNPJ/MF N. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo seu _____, senhor _____, portador do CPF N. XXX.XXX.XXX-XX, E-MAIL _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

- 1.1** O objeto do presente Contrato é a
1.2 Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório do nº. XX/2026, Pregão Eletrônico nº XX/2026 bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	MARCA /FABRICA NTE /MODELO	VL. UNIT	VL. TOTAL
------	-------------------	------	-------	----------------------------	----------	-----------

VALOR TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor deste contrato é de R\$ _____, correspondente à proposta ofertada pela **CONTRATADA**.

2.2 - O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência até de 12 meses, contados a partir da data de sua

Avenida Padre João Bosco n. 2067 Fone: (66) 9.9649-9163



assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 e 106 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

4.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o fornecimento dos itens e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

4.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos materiais pela fiscalização do Município de Ribeirão Cascalheira e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

4.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Ribeirão Cascalheira, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

4.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Ribeirão Cascalheira.

4.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

4.3 – O Município de Ribeirão Cascalheira poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Ribeirão Cascalheira.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente o fornecimento dos materiais ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Ribeirão Cascalheira.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Ribeirão Cascalheira quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis.



5.1.1 - Após os primeiros 12 (doze) meses contados da orçamentação, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente.

5.2 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de ___, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Ribeirão Cascalheira, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao setor de compras do Município de Ribeirão Cascalheira.

7.3. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

7.3.1. O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

7.3.2 O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Ribeirão Cascalheira, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município Ribeirão Cascalheira, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

7.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

7.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município Ribeirão Cascalheira, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.



7.6. Substituir, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

7.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a entrega de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos**, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Ribeirão Cascalheira ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.

8.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os materiais do objeto deste Contrato.

8.4. Emitir as ordens de fornecimento à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;

8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO



9.1. - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

9.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos itens fornecidos que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Ribeirão Cascalheira, na entrega das mercadorias, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra se deixar de entregar a mercadoria, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra se deixar de entregar a mercadoria, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

10.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

10.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Processo Licitatório nº XX/ 2026- Pregão Eletrônico nº XX/2026.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

....., de..... de 20.....



ELZA DIVINA BORGES GOMES
Prefeito Municipal – CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



GOVERNO MUNICIPAL DE
**RIBEIRÃO
CASCALHEIRA**
Coragem para mudar!

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028